



ORIGINAL
ORIGINAL

Editora

Patrícia Samora

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

26 out. 2023

Versão Final

26 nov. 2024

Aprovado

5 fev. 2025

Morro do Castelo e dois discursos: o arrasamento de um marco

Morro do Castelo and two discourses: the razing of a landmark

Hermano Braga Viriato de Freitas Filho¹ , José Ripper Kós² 

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Correspondência para/ Correspondence to: H. B. V. Freitas Filho. E-mail: hermano.filho@fau.ufrj.br

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, SC, Brasil.

Como citar este artigo/How to cite this article: Freitas Filho, H. B. V.; Kós, J. R. Morro do Castelo e dois discursos: o arrasamento de um marco. *Oculum Ensaios*, v. 22, e2510191, 2025. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v22e2025a10191>

Resumo

Durante muitos anos o Morro do Castelo tem sido retratado em diversos trabalhos, sendo parte destes a respeito de seu total desmonte ocorrido a partir dos anos 1920. As questões que se discutirão aqui abordarão não só as heranças que trazemos da história, mas, sobretudo, sua importância na formação das cidades e de uma memória coletiva construída pela vivência cidadã através dos séculos. O presente trabalho, além de abrir um olhar para as implicações históricas inerentes, e ainda entender a necessidade, à época, de se tomar providências com vistas ao saneamento da cidade, pretende iluminar e colecionar outras questões, além das mais que conhecidas higienistas, vacinação coletiva, modernização, surgidas ainda nos finais do século XIX. Essas questões, subjacentes temporais ao desmonte do Morro do Castelo consolidaram em seu conjunto as condições necessárias ao seu futuro arrasamento, somando-se ainda a um provável uso político do estado de fragilidade da população em meio às epidemias do começo do século XX na cidade, além de possíveis apropriações e especulações financeiras sobre os imóveis e áreas centrais, com vistas a uma supervalorização destes, como futuros empreendimentos na esplanada a ser criada com a realização do desmonte.

Palavras-chave: Espaço e lugar. Modernidade. Transformação urbana.

Abstract

For many years, Morro do Castelo has been portrayed in many works, some of which refer to its total dismantling in the 1920s. The issues that will be discussed here will address not only the legacies that we bring from history, but above all its importance in the formation of cities and a collective memory built up by citizen experience over the centuries. As well as taking a look at the inherent historical implications and understanding the need at the time to take steps to clean up the city, this paper aims to shed light on and collect other issues, beyond the well-known ones of hygiene, collective vaccination and modernization, which arose at the end of the 19th century. These issues, which underpinned the dismantling of Morro do Castelo in time, consolidated the necessary conditions for its future razing, in addition to a probable political use of the population's fragile state amid the epidemics of the early 20th century in the city, as well as possible appropriation and financial speculation on the properties and central areas, with a view

to their overvaluation, as future developments on the esplanade to be created with the dismantling.

Keywords: Space and place. Modernity. Urban transformation.

Introdução

As investidas mais conhecidas contra a presença do Morro do Castelo – localizado na região central do Rio de Janeiro (Figura 1) – remontam às primeiras décadas do século XIX, como ressonâncias – dentre outros – sobre os aspectos de insalubridade revelados na cidade desde finais do século anterior. As premissas de contenção de moléstias e “aformoseamento” da cidade proclamavam o arrasamento do Morro do Castelo pelo menos desde os finais dos anos 1700. José Maria Bontempo, médico dos tempos do Império, já se pronunciava a esse respeito, visando a remoção do Morro. É também dessa época a publicação *Ensaio econômico sobre comércio de Portugal e suas colônias*, de José Azeredo Coutinho, Bispo de Pernambuco, onde preconizava a remoção do Morro por conta de, entre outros motivos, proporcionar ventilação à cidade (Vasquez, 2021, p. 4).

Essas primeiras ações contra o Castelo surgiram inicialmente como manifestações praticamente isoladas e pontuais. Tais investidas não pareciam formar ainda um corpo consistente que pudesse levar à concretização da empreitada, por serem ainda iniciativas sem grandes fundamentações técnicas e respaldo político, ancoradas em insipientes projetos de arrasamento.

Num primeiro movimento mais objetivo, os engenheiros Conrado Jacob Niemeyer II (1788-1862) e seu sobrinho Pedro Alcântara Bellegarde (1807-1864) entram com uma inédita petição, enviada à Câmara Municipal da Corte, protocolada em 16 de julho de 1838, para a consolidação de uma empresa com a finalidade específica de remover o Morro do Castelo da paisagem da cidade (Motta, 1992, p. 55)³. A pretendida empresa reivindicava em sua petição, além do pagamento de um valor mensal durante os seis anos da obra, a cessão de todos os bens nacionais existentes que passariam à empresa. Incluía ainda na petição a plena propriedade dos terrenos cedidos ou desapropriados e mais a isenção, por vinte anos, de impostos anuais e de venda incidentes sobre os edifícios a serem ali construídos. Embora tenha sido autorizada pela Câmara, esta foi também uma investida não concretizada por não haver ainda naquele momento garantias econômicas e práticas do governo para sua execução.

A hipótese que se coloca é que, nessa época (até finais do século XIX), não havia ainda uma forte conjuntura propícia ao arrasamento, mesmo porque, estávamos naqueles anos com outras grandes questões instaladas que drenavam grande parte das discussões e ações de então. A abolição da escravatura, a implementação da Lei de Terras, as questões econômicas desencadeadas pelo Encilhamento e a Proclamação da República faziam parte desse momento e começavam – juntamente com outros fatos – a compor um mosaico, mesmo que ainda muito fragmentado, mas que aos poucos vai se consolidando como um pano de fundo que toma corpo a partir da virada para o século XX.

A especialização do conhecimento e as investidas dos profissionais de engenharia da época nas obras públicas começavam a se multiplicar e se mostrar de grande influência sobre os governos, que seriam mais tarde os primeiros ingredientes na formação de entidades como o próprio Clube de Engenharia, em dezembro de 1880, tendo entre seus fundadores o filho homônimo (1842-1919)⁴, descendente do citado Engenheiro Conrado Jacob Niemeyer II.

³ Niemeyer e Bellegarde justificavam um pedido de concessão para o arrasamento do Castelo, alegando que “com o rápido crescimento da população, as contínuas edificações [...], a comodidade de trânsito, o aformoseamento da capital”, tornavam-se indispensáveis medidas no tocante à salubridade pública, comprometida pelas “exalações miasmáticas” provenientes do Morro.

⁴ Não há precisão do ano de nascimento do filho homônimo de Conrado Jacob de Niemeyer, sendo que algumas fontes assinalam como nascimento o ano 1831 e falecimento no ano 1905.

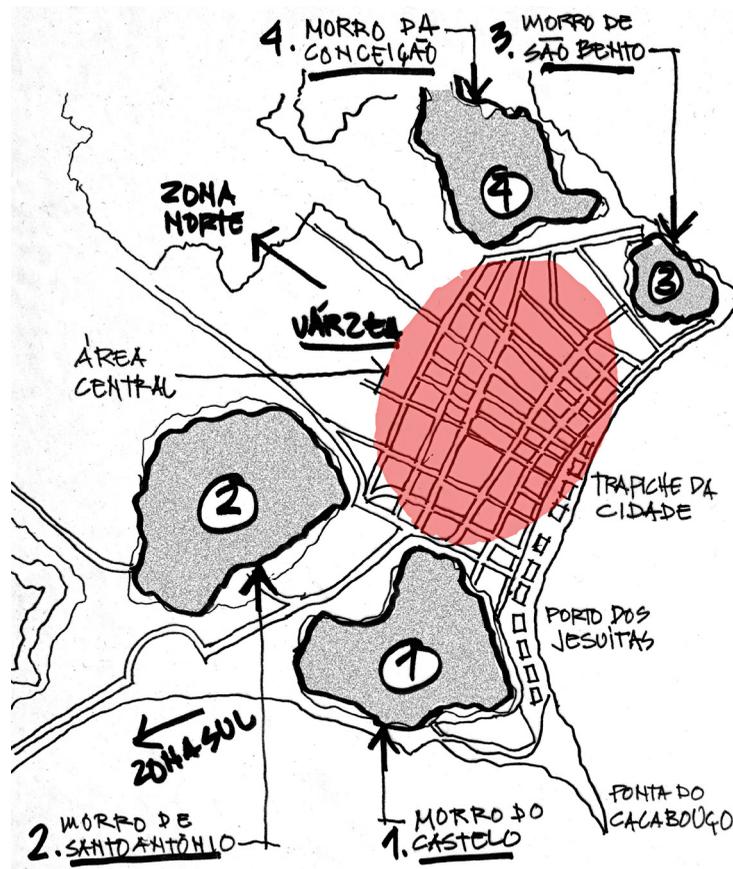


Figura 1 – Quadrilátero formado pelos morros do centro com o Castelo ao sul (c. 1720).
 Fonte: croquis do autor Hermano Freitas.

O Clube de Engenharia passa com o tempo a se alinhar às forças políticas emergentes, atuando como uma espécie de poder intermediário entre os governos e as grandes construtoras, mediando as discussões sobre progresso e civilização com um forte direcionamento ao que defendia como “progresso material”.

Sem desprezar o ideal imperial de civilização, essa instituição passou a valorar a engenharia pela retórica do progresso. Progresso bem entendido: desenvolvimento técnico e econômico através de obras públicas – tocadas por concessões à engenharia privada - [...]. Desta forma, para esse grupo, a noção de progresso passava a adquirir primazia ante a civilização [...] (Azevedo, 2016, p. 245).

Brenna (1985), propõe que o olhar aos fatos então ocorridos seja situado também a partir de uma ótica internacional, analisando-os de forma crítica a revelar, dentre outras, as influências das recentes teorias do moderno capitalismo, como exemplifica pelo alinhamento do governo Rodrigues Alves, na virada do século XX, com grupos associados à instituições especializadas e grandes empresas construtoras.

Associado com o grupo hegemônico que é bem representado pela cúpula do Clube de Engenharia – além de engenheiros, como seu presidente Paulo de Frontin, industriais como Guinle e Gaffrée, proprietários de empresas de construção e grandes comerciantes – o Governo Rodrigues Alves, de acordo com seu manifesto inaugural, empreende a realização de seu projeto de ‘regeneração’ urbanística, higiênica e social do Rio de Janeiro, isto é, de adequação da capital, e, portanto do país, às suas novas tarefas dentro do quadro do moderno capitalismo internacional (Brenna, 1985, p. 7).

Acredita-se aqui, desenvolvendo a hipótese levantada, que somente uma potência, a partir de um corpo de condições associadas, poderia ter força suficiente para assegurar o desmonte do Castelo, o que somente ocorreria algumas décadas mais tarde, na gestão do Prefeito Carlos Sampaio, quando então podemos juntar às aspirações sanitárias, as intenções político/econômico/sociais da República recém instalada (identidade, modernização e alinhamento ao capital internacional), um marco importante que seria a comemoração dos cem anos de independência e a Exposição Internacional de 1922.

[...]. Ora, notemo-lo, crônica ou jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os medíocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação (Braudel, 1978, p. 45).

Entende-se aqui, a partir de Braudel, que um acontecimento não é fruto de um único agente desencadeador. Registra-se que, ao longo da história, importantes acontecimentos tiveram como motivadores vários aspectos concorrentes de diversas ordens (sociais, políticas, econômicas), de longas ou curtas extensões temporais, que, em dado momento, ancorados em um pano de fundo propício, deflagraram o ocorrido.

Tendo-se em conta que diversos trabalhos publicados sobre o Morro do Castelo estudam, e têm como foco o próprio Morro, abordando fatos, personagens ou decisões políticas marcantes naquele momento, busca-se, por outro lado, uma visão de processo no curso da história⁵. A análise de agentes e situações presentes num dado espaço/tempo histórico, permite entender a construção do fortalecimento da ideia do arrasamento com a incorporação, ao longo dos anos, da concorrência de novos fatos, que então, somando-se a uma argumentação já começada a ser construída no século anterior, impulsionariam a realização do desmonte.

Este processo é apoiado por uma estrutura de análise a partir de Braudel (1978), incorporando uma estratégia, à semelhança da adotada por Susan Buck-Morss (1989), quando constrói um denso mosaico, em seu estudo sobre os fragmentos de *Passagen-Werk*⁶, obra seminal de Walter Benjamin (2009).

Ao trazer este suporte de Buck-Morss, entende-se que, no momento de uma desidratação acelerada de direitos sociais e instituições, além de profundas transformações por conta da então instalação da República – à semelhança do que vivemos nos últimos anos (2019-2022), e, em plena pandemia da COVID-19 (2020/2021) – podemos buscar aqui algumas chaves para a compreensão de experiências passadas semelhantes no país, e confrontá-las, dialeticamente em sua forma e estratégias, em sentido inverso, olhando para a incursão que Buck-Morss faz na obra de Benjamin, onde resgata o conceito de “ur-história”: “É uma ‘ur-história’ uma história das origens do momento histórico presente, que, ao permanecer vastamente invisível, torna-se a motivação determinante para o interesse de Benjamin no passado” (Buck-Morss, 1989, p. 75).

Buck-Morss prossegue em sua análise sobre *Passagen-Werk*, no que diz respeito a se aproveitar do cenário de uma situação de crise, como um dos componentes conformadores de um pano de fundo, onde imposições de diversas ordens, quer sejam políticas, econômicas ou sociais, sejam implementadas passando “ao largo” dos observadores menos atentos e da população em geral colocada em situação de vulnerabilidade.

⁵ Visamos aqui nos aproximar também da estratégia adotada no trabalho de Jaime Larry Benchimol (Benchimol, 1992), quando aborda as transformações no espaço urbano, onde busca entender essas transformações fortemente associadas às classes sociais e suas manifestações.

⁶ A experiência do lugar, a imagem, a construção da história e o caráter inacabado da obra construída a partir de fragmentos de Benjamin (2009), tendo como fundo a Paris da virada dos séculos XIX e XX servem, de certa forma, como alguns dos norteadores do presente trabalho.

É importante ressaltar aqui mais uma vez, a busca de acontecimentos/relações, capazes em seu conjunto e cruzamentos, de revelar novos entendimentos sobre o drástico evento que suprimiu da cidade a referida colina e buscar compreender suas implicações históricas e urbanísticas. “Foi justamente a partir da constatação de que elucidar um ou vários episódios da história da cidade exigiria que fossem transcendidos os fatos isolados, somente passíveis de compreensão como nós de uma teia de relações [...]” (Kessel, 2001, p. 4).

Busca-se sobretudo em Kessel entender o sentido de articulação necessária entre diversas forças políticas, econômicas, áreas/setores, que vão auxiliar na consolidação do mosaico citado acima, que será parte fundamental na construção do momento oportuno às grandes transformações na cidade.

[...] tínhamos em mente os vários estudos consagrados às transformações urbanísticas do Rio de Janeiro do começo do século, buscando abordar os mecanismos que possibilitaram e concretizaram essas transformações e, ao mesmo tempo, resgatar o cotidiano da população da cidade frente ao câmbio vertiginoso do espaço onde se desenvolviam suas relações familiares, sociais e profissionais (Kessel, 2001, p. 12).

Um outro fato de grande importância e que se alinha perfeitamente às discussões nessa virada de século (XIX-XX), foi o profundo debate internacional provocado a partir das intervenções realizadas por Haussmann em Paris. A construção de um discurso Haussmaniano na formatação de uma certa limpeza/modernização urbana, vai ser adotado não só por países europeus, mas sobretudo por aqueles emergentes, que buscavam naquela referência um caminho a ser seguido para a nova forma de se estar inserido no mundo moderno e civilizado.

Propõe-se aqui, em última análise, à luz das referências acima, contribuir para a discussão sobre o arrasamento do Morro do Castelo, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, e suas implicações, prospectando-se certas circunstâncias motivadoras que fortaleceram a ideia do desmonte do berço da fundação do Rio de Janeiro, com suas consequências sobre o espaço citadino, seus habitantes e sua memória afetiva, e como a perda dessa memória se rebate sobre a cidade de uma forma geral.

[...] as transformações que então sacudiam o país, a partir do marco político que foi a Proclamação da República, podiam ser detectadas através do ‘desmonte’ do cenário onde tudo ocorreu. Ou seja, na geografia transformada da capital federal estaria a marca da constituição de uma nova ordem econômica, social e política, de um novo conjunto de sonhos, desejos e aspirações. Era o Brasil tentando entrar no ritmo da história, recriando uma nação para o século que nascia; e a maior evidência dessa reiterada aspiração seria transformar a capital ‘malsã’ em cidade ‘maravilhosa’ (Motta, 1992, p. 48).

Finalmente, como um importante eixo estruturante da abordagem do presente trabalho, o conceito de *lugar* vai permear o texto, conduzindo e consubstanciando um pensamento que incorpora a experiência de vida e relações com seu *habitat* dos habitantes da cidade, e será ancorado e desenvolvido a partir da discussão das reflexões de autores como: Abreu (2010) o qual desenvolve a ideia de lugar como fundamento essencial do mundo sensível; Relph (1976) quando afirma que, para a condição humana, torna-se fundamental o conhecimento e as significações do lugar; Norberg-Schulz (1979) quando cunha transcendência imanente no espírito do lugar; Benjamin (2009) reforçando o valor fundamental da experiência cumulativa para se vivenciar um lugar; e Tuan (2012) quando nos afirma que a ideia de lugar se concretiza na medida em que o percebemos a partir do complexo de nossos sentidos. Um corpo só existe em toda sua plenitude quando vive e há vida em seu lugar.

Morro do Castelo, o berço da cidade

Como é de geral conhecimento, Estácio de Sá concedeu à Câmara desta Cidade, em 16 de julho de 1565, uma sesmaria de terras para constituir o seu patrimônio territorial. [...] É evidente, por essa descrição sumária da zona concedida à Cidade, que nela estava incluído o Morro do Castelo cujas terras, assim, ficaram sujeitas ao regime legal que se adotou para o patrimônio da Cidade (Octávio, 1923, p. 1, *apud* Sampaio, 2015, *online*).

De certa forma, a instalação da Cidade do Rio de Janeiro, apesar de sua singular geografia, não fugiu muito da tipologia das cidadelas em acrópole em seus primórdios, tendo seu foco no então chamado Morro de São Januário, e daí partindo mais tarde para as terras baixas através de seus três principais vetores de acesso e expansão: Ladeira da Misericórdia, Ladeira do Carmo (ou do Colégio) e Ladeira do Seminário (Figura 2).

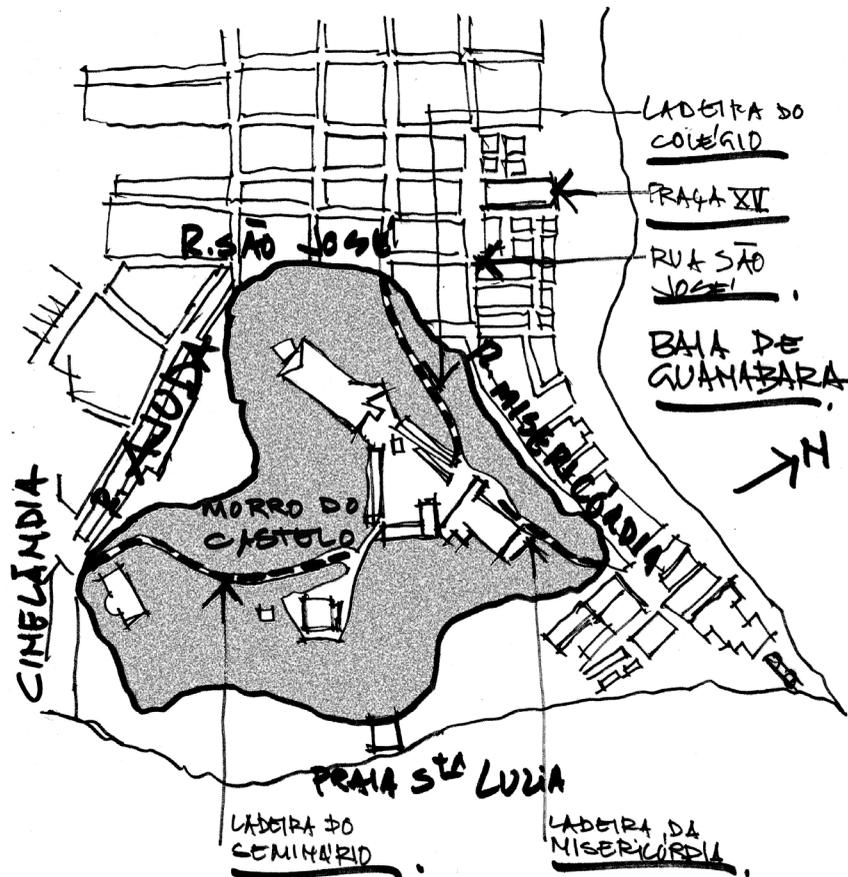


Figura 2 – Limites aproximados do Castelo e principais ladeiras de acesso (c. 1780).

Fonte: croquis do autor Hermano Freitas.

“A cidade do Rio de Janeiro, quando mudou de lugar – do Morro Cara de Cão para o de São Januário – foi também fundada ao alto, à moda medieval, com o seu castelo, como Lisboa” (Santos, 2001, p. 48).

Seguindo o modelo das cidades medievais europeias, este tipo de cidade radio-concêntrica se define a partir de um ponto central, que é o coração de cidade, onde se concentram as principais funções representativas dos poderes civil e religioso. Desse ponto central, partem as vias radiais, em geral de traçado irregular, instaurando um crescimento em círculos concêntricos (Pereira, 1996, p. 69).

A ocupação da colina – com suas muralhas e fortificações – se deu então por conta de ser um sítio que proporcionava maior proteção, possibilidade de se construir baluartes para defesa da recém-fundada cidade, moradias, as primeiras instalações religiosas, comerciais e demais construções onde se acomodassem cerca de 160 primeiros habitantes desta ponta de lança do Reino de Portugal em terras americanas. Ao mesmo tempo em que se podia observar as (constantes) invasões da Baía de Guanabara por embarcações piratas e de corsários, os portugueses protegiam-se ainda dos Tamoios – inimigos ao lado dos franceses – por conta da própria proteção geográfica dada pelas lagoas da várzea, bem como por sua posição em acrópole.

[...] Espécie de guarda da cidade, o Castelo assinalava a entrada de navios. Era lá que se levantava, nos dias de sol, o balão anunciando ao povo que era meio-dia, e que se localizavam o relógio da torre e o observatório astronômico (1846). De lá também partia o aviso de que havia incêndio na cidade. Local de proteção e defesa, quando os inimigos foram os franceses. [...] Moradia de uma população pobre de cerca de cinco mil pessoas, distribuídas em mais de 400 casas, quando, no dizer de Luiz Edmundo, ‘os que descem na escala da vida, vão morar para o alto [...]’, o morro era um marco constante na vida cotidiana da capital do país. Lugar de magia e misticismo, com a missa dos Barbadinhos, às sextas-feiras pela madrugada, e com as ‘casas de pretos’, onde a macumba ressoava [...] (Motta, 1992, p. 54-55).

O Morro, que se localizava no centro da cidade, com aproximadamente 63 metros de altura e uma base de algo como 185 mil metros quadrados⁷, ocupava uma área de grande importância no Centro do Rio. Localizado entre as ruas de São José, da Misericórdia, da Ajuda, da antiga Praia de Santa Luzia, e, tendo como limite Oeste, o que hoje se configura como a área da Cinelândia, o Castelo era um dos quatro morros do quadrilátero balizador da várzea da cidade, juntamente com os morros de Santo Antonio, de São Bento e da Conceição (rever Figuras 1 e 2).

Alvo de sucessivas campanhas difamatórias, o Morro prosseguiu, em sua relativamente curta existência – mesmo após a descida para a várzea de seus primeiros moradores –, oferecendo à cidade uma base de referências culturais e artísticas que iam dos consagrados eventos religiosos aos mais “profanos” como suas famosas festividades, além naturalmente de suas instalações originais. O comércio ligeiro, bares e biroskas, o seminário, pequenos armazéns, a igreja, o hospital São Zacarias, seus largos e becos, blocos carnavalescos, o time de futebol e as festas religiosas, emolduravam boa parte da vida de seus moradores, orgulhosos de pertencerem às terras originais da fundação do Rio de Janeiro, e que também guarneciam a cidade com vários serviços, como costureiras, lavadeiras, sapateiros, e trabalhadores em diversas funções no Porto (consolidando a vocação portuária da cidade)⁸ e no Mercado Municipal e tantas outras áreas do centro.

Dona Florinda, e seu irmão Francisco, antigos moradores do Castelo, em depoimento gravado em 1985 no Museu da Imagem e do Som - RJ sobre a vida no Morro, nos falam de um lugar quase que encantado, onde “éramos uma só família, onde todos se conheciam e se ajudavam”.

[...] Também íamos à Praia de Santa Luzia. A água era muito limpa e apanhávamos pedrinhas vermelhas e azuis. [...] À noite brincava-se de roda, meninas e meninos. Os garotos brincavam de peão, bola de gude... As meninas de berlinda e também de amarelinha. As pessoas colocavam as cadeiras na calçada, sentavam no degrau da porta. [...] No Morro tinha tudo, [...] Tinha alegria e não era um dia só, a questão é que isso era frequente (Benchimol *et al.*, 1985, CD 674.1/2).

⁷ Se considerarmos uma “quadra urbana padrão” de 10.000m², teríamos em sua base o equivalente a 16,5 quadras em uma área central da cidade e de grande valorização.

⁸ Na franja litorânea próxima ao sopé do morro do Castelo (hoje rua da Misericórdia), onde o ancoradouro era favorável, começaram a se desenvolver as atividades portuárias da cidade. Boa parte da produção dos engenhos instalados no recôncavo da baía de Guanabara era transportada para aí [...] (Lamarão, 2006, p. 22).

Lembrando Lina Bo: “[...] por ser a Arquitetura uma arte que deve levar em séria consideração a terra em que se realiza [...] a Arquitetura não prescinde mais de uma ciência e de uma arte da vida em conjunto, e, pois, de uma ciência e de uma arte de responsabilidade coletiva” (Bardi, 2002, p. 5).

Indo um pouco mais adiante, “é todo um conjunto político e social” (Rubino; Grinover, 2011, p.181), podemos inferir que para além da chamada técnica, não podemos despregar o olhar de uma posição sócio/política em suas relações afetivas com as cidades, e, nos parece que, necessariamente, entender a técnica como parte da expressão desta posição e relações é fundamental.

Com a percepção de que os pressupostos relacionais acima implicam ainda em alargarmos a amplitude de tais relações, a análise dos fatos/acontecimentos ocorridos no recorte espaço/temporal estudado, visa-se sobretudo revelar e compreender as interseções existentes entre esses (acontecimentos), e o lugar onde ocorreram.

Cabe aqui entender esta contribuição ao estudo sobre o arrasamento do Morro do Castelo a partir de um olhar do arquiteto/urbanista acerca dos acontecimentos a serem aqui considerados, sendo que esse olhar vai além de um visar “técnico” na estrita acepção da palavra, como dissemos acima, e tentar compreender como a eliminação de um lugar, onde se construiu uma densa memória afetiva urbana, se rebate sobre a estrutura da cidade.

Portanto, importa neste ponto confirmar o Castelo como o resultado/significado da construção do *lugar*, e não simplesmente como um acidente geográfico em si. Mauricio de Abreu (2010), ao abrir a introdução de *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*, reforçando a ideia das referências, abrindo espaço para um entendimento mais ampliado, aponta dois sentidos básicos que a categoria analítica de lugar pode oferecer: o sentido de *tópos*, e o de *chôra*. Sem entrarmos na discussão dos dois (Abreu adota em seu trabalho o sentido de *tópos*), adotaremos para efeito deste trabalho o entendimento do segundo sentido, que mais se enquadra na compreensão pretendida aqui, de lugar como uma construção – para além das questões ditas físicas e objetivas – singular de vivências e saberes, reforçando a ideia da construção do lugar pela deposição de camadas da vivência – relações internas e externas – espaço/temporal por seus habitantes.

[...] Há, entretanto, uma outra forma de se conceber um lugar, que nos distancia da objetividade e direciona o conceito para sua dimensão subjetiva; segundo essa interpretação, a categoria de lugar se define como *chôra*, como condição existencial de uma determinada coisa no mundo sensível, o que implica dizer que os lugares são determinados, não pelas características do mundo físico, mas, por sua condição imaterial, fenomenal e semântica, pelo que significam, por exemplo, em termos das vivências dos indivíduos (Abreu, 2010, v. 1, p. 15).

É nesse sentido e com esse olhar que se acredita melhor observar as cidades, e, especialmente nesta Sebastianópolis, o Morro do Castelo, marco original de sua fundação desde 1567, outrora chamado Morro de São Januário, que a nosso ver não havia por merecer tal destino escorrendo abaixo sob a violência das mangueiras d’água em seu arrasamento. De acordo com Heck:

O arrasamento do Morro do Castelo, intervenção cruel numa das regiões mais simbólicas e importantes do Rio de Janeiro, iniciado por volta de 1920/1921, solidifica uma visão de graves consequências para o nosso patrimônio, sendo ato terrivelmente desfigurador de nossa paisagem urbana (Nonato; Santos, 2000, p. IX).

Uma importante questão que então se coloca é relativa às heranças que trazemos da nossa história e das cidades, e aqui dessa forma, o Morro do Castelo nos conta a vida da cidade desde seus primórdios. Não se fazem cidades verdadeiras sem história, sem recuperar do passado momentos marcantes em nosso desenvolvimento urbanístico e cultural, e, sobretudo, sem refletir sobre suas

implicações e transformações socioeconômicas e de comportamento, sob o risco de desfigurarmos a paisagem urbana. Negarmos (ou nos ceifarem) nossa vivência histórico/espaço/temporal, equivale a apagarmos, em grande parte, nossas referências para a contínua construção de uma identidade sólida, autêntica e imanente ao território onde se inaugurou e se fortaleceu a experiência.

Não nos parece demais reafirmarmos a importância do Morro do Castelo, dada sua localização estratégica e sua centralidade como propulsor da futura expansão da urbe que vai se desenvolver a seus pés, avançando sobre a várzea, e sua importância fundamental para a construção, história e memória da cidade, como o verdadeiro bastião original desta urbe.

Lembrando João do Rio em *A Alma Encantadora das Ruas*:

Era às seis da tarde, defronte ao mar. Já o sol morrera e os espaços eram pálidos e azuis. As linhas da cidade se adoçavam na claridade de opala da tarde maravilhosa. Ao longe, a bruma envolvia as fortalezas, escalava os céus, cortava o horizonte numa longa barra cor de malva e, emergindo dessa agonia de cores, mais negros ou mais vagos, os montes, Pão de Açúcar, São Bento, o Castelo apareciam num tranquilo esplendor (João do Rio, 1995, p. 59).

Ao avançar no tempo, com o crescimento da população e devida à pouca área disponível no Morro, a descida natural foi a ocupação das áreas de várzea inicialmente ao sopé do Morro, com expansão posterior para as freguesias e regiões adjacentes ao que hoje conhecemos como o centro da cidade. Além da necessidade de maior área, dando conta do crescimento da população, surge como importante força paralela, a expansão das atividades comerciais e econômicas dos negociantes de então.

Como um fornecedor de serviços e mão de obra para a *city* a seus pés, e adaptando-se aos novos tempos, o Castelo e seus castelenses, como eram chamados seus habitantes, mantiveram com o restante da cidade (mesmo em seus anos de decadência) fortes laços que de certa forma foram sustentando sua permanência na vida e na paisagem cariocas.

O Morro do Castelo se apresentava como uma bela mostra da diversidade dos que habitavam a cidade; não só os nascidos no Rio de Janeiro, mas também um grande contingente de imigrantes portugueses, italianos, dentre outros, além de uma considerável população de ex-escravizados e seus descendentes também aqui nascidos.

“Demolição feita com desamor e sem os cuidados que no caso se impunham” (Costa *apud* Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002, p. 29).

Um Castelo, dois discursos

“Quando se anunciou a demolição do Castelo a cidade estremeceu; e tudo fazia crer que, à primeira enxadada no flanco do morro, se seguisse uma revolução. Esta não veio” (Revista *Careta*, 1922, p. 28)

Ao estudarmos a evolução dos fatos que concorreram para a eliminação do Castelo, podemos observar, inicialmente, dois discursos que seguiam em paralelo, sem possibilidade de pontos de tangência.

Por um lado, abrigado sob um manto de caráter pragmático e especializado, que olhava para a cidade apenas como portadora de problemas técnicos (embora crônicos) a serem sanados, e sobretudo como geradora de renda e concentração de capital, o discurso adotado pelas classes dominantes, por grande parte dos periódicos e sobretudo pelo Estado, apontava para o alinhamento do País à dita “modernidade” e à economia internacional, que aportavam por aqui trazidos da

Europa pela expansão do capitalismo industrial (Fridman, 1999). Notadamente, a partir de meados do século XIX, diversas cidades, pelo mundo afora, Europa e Américas, tiveram seus planos de reformulação impulsionados em parte pelo capitalismo industrial e pela formulação de uma nova cultura urbana, precursores do capitalismo financeiro que desembarcaria em praticamente todos os países desenvolvidos nos primeiros anos do século XX, impondo reflexos àqueles em desenvolvimento que a todo custo procuravam então se alinhar.

É bem verdade que não se pode negar que algumas das ações levadas a efeito na cidade, em campanhas de saneamento, como alguns dessecaamentos de áreas pantanosas e charcos, um ou outro aterro, contribuíram para melhorar as condições de habitabilidade e da expansão necessária da cidade do Rio.

Porém, tomar como única verdade que a grande e definitiva solução para a aeração da *city* seria por conta da desintegração do Castelo como profetizada por alguns, parece-nos carecer de força e seriedade encobrindo seus verdadeiros problemas sociais e de moradia, sobretudo se compararmos a densidade e presença vegetal da então colina, com os altos, cimentícios e numerosos edifícios que ao longo dos anos ocuparam a várzea em seu lugar, obstruindo tanto ou mais os ditos “bons ares marítimos” tão necessários à vida saudável desta cidade, tão ao modo como descreveu Lima Barreto:

Tudo delira e nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas. Não há casas, entretanto, queremos arrasar o Morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas. [...]. Remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros... mas não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra qualquer cidade que não ele (Barreto, 1920, p. 37).

Na defesa de um olhar mais humanizado, alinhavam-se intelectuais, historiadores, artistas e alguns periódicos, que, apesar de formarem fileiras em discursos e publicações contra as drásticas intervenções na cidade, se viam aos poucos “sufocados” pela massiva e opressora propaganda oficial.

Visto como um pensamento atento à construção da “índole” da cidade e de seus habitantes, este segundo discurso vai se amparar no entendimento de que estavam sendo sombreadas com desmedida potência, as pré-existências, as vivências, os becos, as pequenas ruas e aglomerados, que eram por assim dizer, onde a população se reconhecia como cidadãos pertencentes a um *lugar* por eles construído através dos tempos e onde as relações fundeavam sua existência.

Edward Relph, traz uma discussão sobre as categorias que definia como conformadoras da ideia de *lugar*, e discutia as representações sobre as questões que envolviam o ambiente, que, de certa forma, nos parecem se aproximar das considerações aqui abordadas: “[...] as análises do comportamento são frequentemente mecânicas e abstratas, simplificando o mundo em estruturas ou modelos [...], que ignoram muito da sutileza e significado da experiência cotidiana” (Relph, 1976, não paginado).

Segundo Relph, a condição de ser humano é habitar um mundo repleto de significados em seus habitats, e, sobretudo, com o reforço da ideia de pertencimento. Relph nos afirma, ademais, que o significado de *lugar* a partir da experiência humana é muito mais profundo, ganhando visibilidade nas ações de indivíduos e grupos quando da proteção de seus lugares contra forças externas de destruição. “Ser humano é viver num mundo repleto de lugares significativos: ser humano é ter e conhecer seu lugar” (Relph, 1976, p. 1).

Boa parte dos autores e defensores da colina que se debruçaram sobre sua história, refere-se ao evento do arrasamento do Morro do Castelo pela via da perda histórica, da perda de nossas referências que nos remetem aos primeiros momentos de criação da cidade, passando pelas tentativas de invasão, pelos tempos da Colônia, Cortes do Primeiro e Segundo Reinados, República, que de certa forma ficaram ali gravados, e sustentavam oportunamente, que com o desaparecimento do morro, parte importante de nossa história deslizaria abaixo junto com a fúria das águas bombeadas através das mangueiras.

Ainda sobre essas questões apontadas acima, numa impressionante e notável semelhança com o que acontecia nos anos 1900-20 no País, Luiz Antonio Simas (2021) vai além, a partir de Boaventura Santos, na afirmação do que denomina como um “epistemicídio” na cidade do Rio de Janeiro:

Há um epistemicídio em curso na cidade. É isso aí mesmo: assistimos ao processo de destruição dos saberes, práticas, modos de vida, visões do mundo, das culturas que não se enquadram no padrão canônico. [...]. Cada ataque lançado contra as culturas das ruas do Rio de Janeiro é um tijolo a mais no edifício de uma catástrofe civilizatória. [...]. Tirem da cidade o complexo de saberes sofisticado das ruas que nos forjaram; silenciem os batuques que ressoaram nas noites de desassossego, afagaram as almas e libertaram os corpos, e o que sobrar? [...]. Corpos mortos em vida numa cidade em que os mortos vivem e dançam como ancestrais (Simas, 2021, p. 48).

O olhar pragmático e a “modernidade”

Desde sua instalação, a cidade, ou melhor, a propriedade de suas terras, foi dividida em grande parte entre a Coroa, as Ordens Religiosas (principalmente Jesuítas e Beneditinos), e entre alguns poucos representantes da elite econômica da época (Fridman, 1999). Essa divisão resultou, num primeiro momento, em pequenos e valorizados “domínios urbanos”, adjacentes que eram às instalações do poder público e às construções destinadas às Ordens, e que de certa forma começavam a configurar mais ou menos livremente (e segundo seus interesses) o espaço urbano – pois não havia naquele momento um conjunto claro de posturas definidas para o parcelamento e arruamento – o que resultava em traçados pouco estruturados no que tocava à cidade, que se conformavam em parte pelos limites dos terrenos frutos de doações às Ordens, e por outra, às necessidades particulares de deslocamento, comunicação e controle dos poderes instalados.

Com o passar dos anos, dada a vocação portuária da cidade e a conseqüente consolidação do porto, este vai também atuar em parte como coadjuvante importante na ordenação dos traçados viários da urbe. Uma série de melhoramentos no próprio porto além de complementação e abertura de novas vias, que abarcaram a área compreendida entre o que hoje é a Praça Mauá e a Av. Francisco Bicalho, foram implementados a partir do novo projeto para o Porto do Rio de Janeiro.

Segundo Lamarão:

A redefinição do espaço portuário implicou a redefinição da totalidade urbana. Com efeito, a construção do novo porto foi o eixo, a base de uma ampla operação de renovação urbana, previamente concebida, que, incidindo fundamentalmente na sua área central, promoveu uma completa reordenação da *urbis*, consolidando, ao mesmo tempo, um processo de hierarquização/segregação já em curso (Lamarão, 2006, p. 13).

Ocorreu que os terrenos que se encontravam próximos ou junto aos poderes – político e religioso – ou em seu caminho, obtiveram naturalmente uma sobrevalorização (Fridman, 1999); e

estes estavam localizados exatamente dentro do quadrilátero mencionado anteriormente, ou seja: o centro da cidade, e em grande parte nos arredores do Morro do Castelo – pivô deste quadrilátero por conta de sua localização – de onde desceram os poderes ali então instalados já nas primeiras décadas do século XVII, devido ao crescimento natural da população, e também quando se verifica uma espécie de mudança na vocação da cidade.

Agora já mais guarnecida, e não tão somente um grupamento militar original, a cidade poderia desenvolver com maior tranquilidade seu potencial como porto, pois além da própria necessidade do estabelecimento de rotas de navegação permanentes para envio e recepção de mercadorias da/para a Corte, a cidade começava a se firmar como um excelente entreposto marítimo devido à sua localização, proteção e à geografia peculiar da Baía de Guanabara.

Com o crescimento da população impulsionando o espalhamento da cidade pelas áreas planas, a expansão das apropriações de terras seria uma consequência esperada. O Estado e as Ordens religiosas, em apoio recíproco, diante da necessidade de mais e novas instalações, se impõem como os grandes vetores de crescimento da cidade ocasionando um claro movimento de descentralização. O Morro, embora descendo a ladeira, mantém ainda por essa época certa importância por conta das próprias instalações da Igreja e da Fortaleza de São Sebastião em seu topo, e de um punhado de edificações e moradias que de certa forma ainda guardavam alguma importância para a cidade; e a área central em seu entorno se valoriza (Fridman, 1999).

Da mesma forma que no romance machadiano *Esau e Jacó*, boa parte dos moradores da cidade ainda tinha na colina algumas atividades das quais não se separaram de todo. A questão é clara quanto ao uso que se fazia do Morro: habitando a várzea e mesmo áreas mais afastadas do centro da cidade, a população comparecia com certa assiduidade ao Castelo, sempre que necessitava de certos serviços mais ou menos imprescindíveis e que não eram disponíveis na várzea, mas que, sendo essenciais, eram então oferecidos pelos castelenses. Eram igualmente importantes ali no Morro as procissões – como a dos Fogarés que subia pela Ladeira da Misericórdia até a Sé e a Igreja de Santo Inácio – e outras festividades religiosas e profanas que se realizavam de tempos em tempos, às quais acorriam representantes de todas as classes sociais. Em outras palavras: o Castelo, durante toda sua existência, sempre esteve presente na vida da população, mesmo em seus anos de decadência, e se manteve por muito tempo na memória dos cariocas.

Essa presença era de inestimável valor cultural e histórico para a cidade, além de repositório de uma grande parte das histórias da urbe. Porém, outros valores (agora financeiros), se avolumavam e se aplicariam sobre a grande área, que, em sendo arrasado o Castelo, sobraria a seus pés, agora valorizada.

Tal valorização, na verdade uma supervalorização, tem seus alicerces cravados a partir do final do século XVIII e meados do XIX. Segundo Fridman (1999) é exatamente nesses anos que se percebem as grandes mudanças políticas e econômicas como delineadoras do capitalismo por aqui emergente, levando ao aparecimento de novos fabricantes do espaço urbano: os construtores e os loteadores.

Finalmente, com a valorização dos imóveis e a desvalorização dos aluguéis habitacionais, o Mosteiro (de São Bento) iniciou a troca de alguns de seus terrenos no perímetro central por valorizadas salas comerciais em um contexto de afirmação do capitalismo industrial e da forma mais sofisticada da construção civil, a promoção imobiliária (Fridman, 1999, p. 80).

É importante reforçar aqui que a valorização do entorno do Morro do Castelo, que vem de outras épocas, quando da instalação em seus arredores da aristocracia da cidade e de equipamentos

como o próprio porto, os Armazéns Reais, a Alfândega e a Cadeia, se intensifica com a importância que adquire o porto e as regiões em seu entorno.

Com toda pressão econômica que se forma sobre a cidade, e a partir de uma nova forma de altos ganhos de capital e lucratividade⁹ na alienação de bens e direitos e com os aluguéis imobiliários, começam a surgir grandes mudanças nas relações comerciais do espaço urbano, notadamente na área central.

Oportunamente somam-se a esse momento as etapas para a libertação dos escravizados e seus efeitos sobre a economia, a criação da décima urbana¹⁰, e a promulgação da Lei de Terras, que institucionaliza a propriedade privada da terra e a transforma em mercadoria de grande valor de mercado.

Ainda dentro dessa então realidade (agora com a República), proclamava-se e defendia-se que a entrada do Brasil para a modernidade se daria com a “limpeza” que se promoveria na cidade com a aplicação dos novos planos urbanísticos recém elaborados – dentre outras providências – onde se inclui o desmonte de um “entrave à modernização”, segundo a narrativa oficial, num momento em que – na verdade – se pretendia apagar da memória nacional todo e qualquer resquício de um Brasil colônia, e de uma certa imagem ainda resistente do Brasil Império, e, como já mencionamos anteriormente, para o alinhamento às novas economias mundiais e ao processo de modernização imposto pelo capitalismo financeiro, e que contava com uma certa continuidade de personagens e intenções.

A “modernização destruidora” do Estado visava eliminar não só a cidade colonial marcada por ruas estreitas e sinuosas, como também objetivava romper com os valores culturais relacionados ao período imperial, valorizando a inserção cultural e econômica europeias, principalmente pela absorção da visão do mundo francês. Construir assim um novo centro mais moderno, significaria a construção simbólica de um novo país, instaurado pela ordem Republicana (Barros, 2002, p. 3).

A formatação de um discurso serve àquele que o constrói.

Segundo afirma Harvey (1996, p. 372), os discursos institucionais são em geral montados a partir de uma combinação de vários componentes, quer sejam sociais ou políticos. Via de regra se apoiam nas práticas de exercício do poder, para manutenção de suas prerrogativas, e, em situações de comoção, como as vividas no início do século XX no Brasil, particularmente afetas a questões relativas à saúde pública. Momentos de grandes incertezas e divisões da sociedade tornam-se terrenos férteis para a construção e imposição de discursos que são habilmente implantados pelos governos de ocasião, mostrando-se como a grande panaceia do momento.

Naquele começo de século XX, o Brasil, e sobretudo por ser a capital, a cidade do Rio de Janeiro, atravessava um evidente momento de transição. Estávamos em pleno desenvolvimento de uma República recém-instalada, que, em detrimento de um passado recente, olhava firmemente para um futuro de alinhamento a um novo mundo dito “moderno”, onde precisava afirmar sua nova identidade. Essa nova forma de se apresentar ao mundo, passava de certo modo, por reproduzir, ou melhor por espelhar o que naqueles anos era considerado como o status do desenvolvimento.

Evidentemente, tínhamos por aqui toda uma série de questões locais que suscitavam rápidas ações do poder público para manter um certo equilíbrio na qualidade de vida na cidade. Problemas crônicos, como por exemplo, os relativos ao saneamento e condições precárias do grande número das habitações localizadas na área central, a pobreza a que foi submetida boa parte da população,

⁹ Sobre essa lucratividade, ver também “Memória Histórica” de Sampaio (1924, p. 52).

¹⁰ A décima urbana foi uma espécie de imposto, cobrado aos proprietários pela Fazenda Real, no valor de 10% sobre os rendimentos líquidos dos prédios, inclusive dos aforados.

agravados pelas epidemias então instaladas, e que fragilizavam sobretudo os grupos sociais mais necessitados, conformavam um triste quadro que necessitava de respostas urgentes dos governantes.

As campanhas de cunho sanitarista eram certamente fundamentais e necessárias, e se tornaram um mote importante nos discursos governamentais, o que, independentemente de sua real necessidade, encaixava-se perfeitamente dentro da ideia de uma modernidade associada a uma “limpeza” física, de costumes, branqueadora, muito à feição europeia. Nesse sentido, a Municipalidade do Rio de Janeiro, na gestão do Prefeito Pereira Passos (1902-1906), inaugura uma das maiores intervenções aqui ocorridas sobre o espaço urbano da cidade, e que vai se estender pelo menos até a gestão do Prefeito Carlos Sampaio (1920-1922), culminando com o início do arrasamento do Morro do Castelo.

O discurso oficial é extremamente eficaz na sua aplicação, não só pelas campanhas massivas produzidas pelos governos, conduzidas e reproduzidas pelas mídias da época, mas também dadas às aspirações de implantação da sonhada modernidade, eliminando-se tudo que era considerado como atrasado ou retrógrado, buscando-se o alinhamento ao capital internacional, e à procura de modelos urbanísticos importados que por aqui poderiam ser aplicados, notadamente a partir das intervenções feitas por Haussmann em Paris no século XIX e os Planos da Comissão de Melhoramentos, e, mais tarde, o próprio Plano Agache.

Na realidade tais intervenções a serem realizadas no Rio de Janeiro, embutiam de certa forma uma duvidosa “limpeza” na cidade que atingiria basicamente a população menos favorecida social e economicamente, enxotando esse contingente de cidadãos para as áreas mais afastadas do centro e favelas, com a clara finalidade de se “valorizar” as áreas centrais que começariam a se livrar de forma impositiva da “pestilência dos cortiços” e demais habitações populares ocupadas em sua grande maioria por ex-escravizados, seus descendentes e imigrantes diversos que por aqui aportavam.

Notadamente era um discurso que atendia principalmente aos interesses privados e especulativos do capital, em grande parte relativos ao uso do solo, colocando em segundo plano as questões mais prementes para resolução dos continuados problemas de habitação na cidade, o que de certa forma vai no futuro impactar nas discussões sobre o Castelo.

Recorrendo a Benjamin:

Haussmann tenta reforçar sua ditadura, colocando Paris sob um regime de exceção. Em 1864, em um discurso na Câmara, expressa seu ódio pela população desenraizada da grande cidade. Esta cresce constantemente devido aos próprios empreendimentos de Haussmann. O aumento dos aluguéis impele o proletariado para os subúrbios. Com isso, os bairros de Paris perdem sua fisionomia própria. Surge o ‘cinturão vermelho’ operário. Haussmann denomina-se a si mesmo de ‘artista demolidor’. Sentia-se predestinado à sua obra, fato que enfatiza em suas memórias. Entretanto, provoca nos parisienses estranhamento em relação à sua cidade. Nela não se sentem mais em casa. Começam a tomar consciência do caráter desumano da grande cidade (Benjamin, 2009, p. 49).

O olhar para o lugar

Chalhoub (2020) além de alertar para a semelhança dos fatos ocorridos – num paralelo à época do desmonte com situações atuais – aponta que tais ações sempre atingem drasticamente as camadas menos favorecidas da sociedade, e, normalmente a título de justas melhorias na salubridade do ambiente urbano – dentre outras – se impõem, porém, sem atentar para as dimensões

simbólicas e relações existentes de caráter sócio/espaço/temporais. Tais dimensões, somadas aos aspectos, digamos, mais físicos e palpáveis dos “lugares” urbanos, como suas ruas, becos, praças, locais de encontro, edificações, monumentos *etc.*, vão conformar o que Norberg-Schulz definiu como *Genius Loci*, o espírito do lugar.

Naturalmente entendemos e reafirmamos, derivando um pouco além a partir de Norberg-Schulz, que tal espírito não é algo somente inerente, intrínseco por imposição natural do *lugar*, mas, construído sobretudo, pela vivência e experiência humana neste *lugar*, depositando aí uma série de novas camadas imanentes, a partir da ampla captação e troca, pelos sentidos, de uma determinada realidade local, conferindo-lhe uma identidade singular assim reconhecida e mantida pelos seus habitantes e seus visitantes.

Voltando a Relph, o autor arremata ainda seu arrazoado, nos trazendo o filósofo Arquitas de Tarento (428-347 a.C.) com uma reflexão a ele atribuída, que, de certa forma, reforça nossa argumentação sobre a ideia de pertencimento ao lugar: “todo corpo ocupa algum lugar e não pode existir a menos que seu lugar exista”, o que nos remete mais uma vez ao pensamento defendido aqui neste segundo olhar, de que se apagamos um *lugar*, apagamos também os que ali viviam, sua história e sua memória, e mais ainda seu legado; as cidades guardam seus legados e neles se afirmam.

Enquanto Benjamin (2009) nos traz a ideia da intensidade da experiência múltipla para se vivenciar um lugar, Tuan (2012) vem aqui nos auxiliar, discorrendo sobre os aspectos do ir e vir da vida cotidiana, e, como seus espaços públicos nos ajudam a construir essa identidade local subjacente, como um espelho cristalino onde se refletem seus moradores,

Uma cidade grande tem muitos tipos de meios ambientes físicos. (...) A rua parece ser um tipo de meio ambiente físico bem específico, mas na realidade o seu caráter e uso podem variar enormemente. Em um extremo é uma viela de terra ou calçada de seixos, estreita e tortuosa, apinhada de gente se acotovelando e carroças, um lugar que bombardeia os sentidos com ruído, cheiro e cor. No outro extremo é uma avenida ampla e reta, bordejada de árvores e muros inexpressivos, um imponente espaço quase sem vida (Tuan, 2012, p. 240).

Esse é um dos pontos fundamentais abordados neste trabalho, onde nos parece que as intervenções realizadas no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX (incluído aí o desmonte do Castelo), extremamente autocráticas, partiam de cima a baixo, e ignoravam as identidades e história não só locais, mas da cidade como um todo, como se esta fosse um corpo “invisível”.

Com ações sobre a natureza dessa “invisibilidade”, uma boa parte da memória afetiva e do patrimônio das cidades sucumbe sob uma ótica que não atenta para relações outras que não do pragmatismo exacerbado imposto por transformações de caráter reformista no espaço urbano em detrimento de áreas e lugares consagrados por usos “não funcionais”.

Daí a compreensão dos diferentes instrumentos para o exercício de um “poder simbólico”, onde se reúnem as diferentes camadas da construção de um mundo objetivo, culturas, línguas e afetos – como nos diferentes grupos sociais –, torna-se um desafio imposto aos “instrumentos de dominação”, aqueles que nos falam do poder exercido sobre e com a divisão de classes, ideologias, com puro objetivo de exercer sua função de dominação: o poder do Estado.

Portanto, precisamos compreender nossa função como cidadãos e urbanistas, de reconquistar as competências e o respeito ao passado histórico das cidades, associando-os aos novos pressupostos teóricos e técnicos contemporâneos (Choay, 2011, p. 40), de forma a mantermos vivas e renovadas nossa memória e nosso patrimônio urbano coletivo.

Considerações Finais

[...]. Porém - os historiadores urbanos sabem muito bem -, toda cidade guarda, enigmática, em seus planos e edifícios, as chaves de uma civilização. [...]. E quando o intérprete da cidade não é um historiador, mas um arquiteto em busca de princípios para sua arquitetura - em busca de um manifesto retroativo -, acontece algo muito especial, porque ele tem que inventar, mais como artista do que como um tradutor, a própria língua a ser compreendida (Gorelik *apud* Koolhaas, 2010, p. 9).

Adrián Gorelik em sua apresentação (texto em epígrafe constante da 1ª reimpressão em português em 2010) de Nova York Delirante de Koolhaas, traça em poucas linhas o que aqui se considera uma das questões fundadoras e orientadoras na construção da argumentação apresentada. Não basta olhar para os acontecimentos como dados esparsos num determinado espaço/tempo; é fundamental traduzi-los como partes de um conjunto estruturado, uma rede, a partir de onde se extrai e se constrói a história, “[...] nós de uma teia de relações [...]” (Kessel, 2001, p. 4).

À semelhança de Gorelik, e reverberando aqui a dialética utilizada por Buck-Morss ao se confrontar com os fragmentos da obra de Benjamin, buscou-se nesta pesquisa compreender as ocorrências consideradas fundamentais para a conformação de um pano de fundo que atuasse como um arrazoado (embora aqui questionado) para a concretização de uma das mais drásticas intervenções já ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, buscando a existência de possíveis convergências de vetores argumentativos que levassem ao arrasamento do Morro do Castelo, berço da história Carioca.

Lévi-Strauss (1957, p. 96) amplia a discussão: “Algumas cidades da Europa adormecem devagarzinho na morte; as do Novo Mundo vivem febrilmente numa doença crônica; perpetuamente jovens, nunca chegam a ser, entretanto, sãs”. Refletindo sobre a não permanência das cidades nas Américas em contraponto às europeias, alerta para a condição temporal, onde, nas europeias em geral, o tempo vai revelando novas qualidades através das camadas históricas, depositadas lentamente sobre seus espaços e habitantes, componentes arquitetônicos e urbanísticos.

A importação e incorporação de modelos exógenos, notadamente nas cidades do hemisfério sul, configurou em diversas ocasiões o que Strauss definiu como “uma feira edificada para alguns meses” como “uma doença crônica”. As referências trazidas de uma “civilização mais avançada” e colocadas de forma impositiva por modismos de ocasião, aliadas ao capital especulativo, pode ocasionar, em diferentes escalas, devastações e mutilações incontroláveis na memória e conformação urbanística das cidades afetadas e suas populações.

Se, ao falarmos do Rio de Janeiro, tomarmos por exemplo a própria Avenida Central, hoje Rio Branco, podemos perceber que se encontra praticamente em sua 4ª geração edificada na mais favorável das análises. Estamos falando de uma vida de aproximadamente 118 anos, quatro gerações de idade inferior a 30 anos. É espantosa a velocidade com que se descartou boa parte de nossa história que hoje só pode ser contada através de filmes, fotografias e relatos dos antigos moradores da cidade.

Isso sem considerarmos que nossas vidas, as experiências vividas, as relações sociais com nossas companhias do habitar e com a cidade edificada em si, tem que se contentar com parcos lapsos de tempo em que se desvanecem pouco a pouco nossas referências, aumentando a insegurança, nos transformando em estranhos ao pertencimento e nos tornando alvos fáceis de sistemas impositivos.

A especialização, como o que ocorreu a partir da virada do século XIX para o XX no Brasil, com o conseqüente isolamento das relações e classes permitiu, ou pelo menos facilitou, em conjunto com as condições precárias e de fragilidade em que vivia boa parte da população naquele momento, que as transformações urbanas de caráter seletivo pudessem ser implantadas sem que as reações fossem relevantes a ponto de ao menos questioná-las.

Como já citado aqui – desde as primeiras décadas do século XIX –, a proposta de arrasamento do Morro era fragilmente fundamentada por questões relativas à salubridade, atribuindo-se à pequena colina o poder de impedir a perfeita ventilação da urbe. Se por um lado analisarmos as dimensões originais do Morro do Castelo, sua localização e sua proporção em relação ao centro da cidade, podemos facilmente perceber que a frente marítima contígua a nordeste, e sua extensão norte era de dimensão muito além daquela ocupada pelo Morro, o que de certa forma desarticula aquela argumentação (Figura 3).

Por outro lado, na área resultante do arrasamento e suas proximidades, a Esplanada do Castelo foi ocupada por uma grande quantidade de edificações onde o gabarito adotado tende a se aproximar da altura original da colina, o que nos parece um certo contrassenso: retira-se o Morro (natural da paisagem) e aí se constroem novos volumes (paisagem construída) que eventualmente vão impedir mais ainda a ventilação.

Voltando a Braudel (1978) em relação à cronologia de fatos que levam a um certo acontecimento, e que esses fatos podem ser construídos a partir de determinados interesses de ocasião, podemos fazer uma leitura dedicada de Strauss em *Tristes Trópicos* (*op. cit.*), onde, a partir de sua crítica à efemeridade das cidades nos países americanos (“uma feira edificada para alguns meses”), podemos compreender a deliberada não leitura das relações sociais e afetivas nas cidades – entendidas aqui de forma ampla como constituintes radicais de suas memória e história –, e o conseqüente deslocamento de interesses institucionais para exatamente aquilo que se pode a qualquer tempo transformar, demolir (a cidade/paisagem construída) e o claro direcionamento da retórica na formatação dos discursos.

Apoiando e reforçando o deslocamento acima comentado, pelo que se tentou apontar a partir desta pesquisa, pode-se perceber que todas as atenções, dentro do recorte temporal aqui tratado em relação à urbe, davam conta de se substituir aquilo que era, na verdade, uma representação física, ou seja, parte da cidade construída, e, por isso mesmo, já que “simples” representação, poderia e deveria ser descartada, demolida e substituída.

Entende-se que o descarte desta “simples representação”, o Morro do Castelo – e aqui posiciona-se nossa contribuição ao estudo do evento –, não foi um evento isolado, mas, na verdade, uma ação construída (deliberada ou não) ao longo de quase um século na cidade do Rio de Janeiro. Os discursos sanitaristas, inaugurados já nos primeiros momentos do século XIX, não seriam suficientes em si para realizar o projeto do desmonte. Durante as décadas seguintes até as primeiras do século XX, vários fatores foram sendo adicionados, num complexo sistema articulado (ver o mosaico referido anteriormente neste trabalho), onde se pode perceber alguns níveis complementares entre si.

Do ponto de vista político, as grandes transformações ocorridas desde a abolição da escravatura e da Proclamação da República, colocavam o País dentro de uma nova perspectiva com novas ambições no cenário de um mundo moderno. Ainda dentro do espectro político, vimos o fortalecimento de entidades de classe, especialmente representativas da engenharia nacional e seus expoentes, com a criação de grandes construtoras e seu perfeito entrosamento como mediadores das instâncias decisórias.

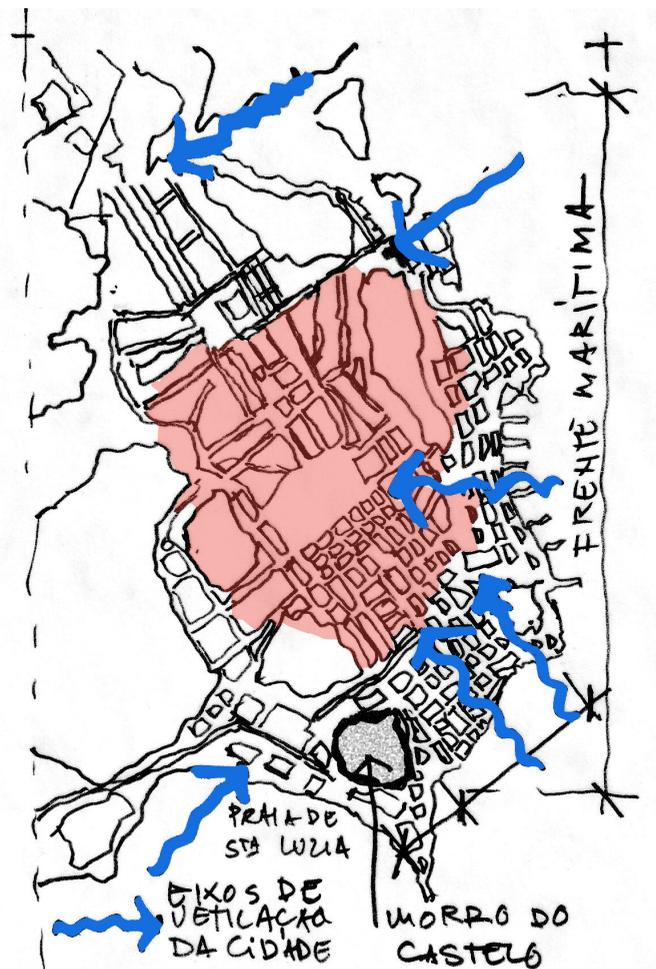


Figura 3 – Aeração da cidade em proporção à ocupação do Castelo (c. 1868).

Fonte: croquis do autor Hermano Freitas.

Na economia, a própria mercantilização de bens como a terra, e o alinhamento ao capital financeiro internacional nos permitiria ampliar significativamente nossa capacidade de investimentos a partir da contratação de empréstimos junto aos bancos estrangeiros.

A partir de um olhar mais técnico e pragmático vimos surgirem os diversos planos de intervenção urbanística, que aos poucos se consolidaram obtendo as verbas necessárias para sua implantação e vão desembocar no começo da administração Passos como coadjuvantes nas transformações urbanas então implementadas, e ainda “respaldadas” pela necessidade de erradicação das doenças e epidemias instaladas na cidade, que fragilizavam grandemente a população.

O discurso modernizante, amplamente adotado pelo poder político e classes dominantes, vai se consolidando e se entranhando cada vez mais em meio à população, facilmente cooptada pelas campanhas sanitaristas e de limpeza da capital de um agora novo país.

A massiva campanha oficial, amplamente divulgada pelos periódicos da época, instrumentos fundamentais na implementação do discurso, ganha cada vez mais força à medida que se aproxima das comemorações do Centenário da Independência (já na administração Carlos Sampaio), evento de incontestável importância, e que deveria acontecer em área especialmente reservada e em grande parte surgida com o desmonte do Morro.

... e permanecem as campanhas sanitaristas.

Os aportes apresentados aqui nestas considerações nos conduzem a perceber a pertinência de um certo olhar para os fatos aqui apontados não como pontos isolados, mas sim encadeados de forma a se obter um perfeito pano de fundo para o acontecimento final. Olhar este, atento na tentativa de se compreender a evolução e confluência dos argumentos que levaram ao desmonte do Castelo. Assim, deste modo, nos permite colocar claramente a discussão a respeito de uma espécie de formatação de um discurso hegemônico construído de forma incessante ao longo de várias décadas que antecederam o ocorrido, onde, a voz mais reverberada era sempre, e, crescentemente apoiada pela especialização que se fortaleceu naquelas décadas, pelo alinhamento econômico, pela fragilização da população por conta das epidemias e problemas sanitários e a voz oficial dos poderes econômicos e políticos de então.

É de se supor que houve uma espécie de miopia deliberada não só em relação a certas questões que realmente afligiam a população da Capital, como a insuficiência ou mesmo a precariedade das moradias, mas também em relação ao resgate dos valores da vida em comunidade, suas experiências e relações com a cidade, acumulados durante sua existência.

Finalizando aqui essas considerações, entende-se poder contribuir para o alargamento das discussões a respeito do arrasamento do berço da fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o Morro do Castelo, do qual ainda sobrevive um pequeno trecho inicial de um de seus acessos: a Ladeira da Misericórdia (Figura 4).



Figura 4 – Trecho inicial do que resta da original Ladeira da Misericórdia. 2023.

Fonte: Foto do arquivo pessoal do autor Hermano Freitas.

Referências

- Abreu, M. A. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Andrea Jacobsson Estúdio Editorial; Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. v. 1.
- Azevedo, A. N. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Mauad Editora, 2016.
- Bardi, L. B. *Contribuição Propedêutica ao Ensino da Teoria da Arquitetura*. São Paulo: Instituto Lina Bo; P. M. Bardi, 2002.
- Barreto, L. *Megalomania*. *Revista Careta*, ano XI, v. 602, p. 37, 1920.
- Barros, P. C. Onde nasceu a cidade do Rio de Janeiro? Um pouco da história do Morro do Castelo. *Revista Geo-Paisagem*, v. 1, n. 2, p. 25, 2002.
- Benchimol, J. L. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.
- Benchimol, J. L. et al. *Sonora com ex-moradores do Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: Museu da Imagem e do Som, 1985. Projeto Arquivo Vivo, CD 674.1/2.
- Benjamin, W. *Passagens*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2009.
- Braudel, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- Brenna, G. R. D. (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1985.
- Buck-Morss, S. *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*. London: MIT Press, 1989.
- Chalhoub, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- Choay, F. *O Patrimônio em Questão: Antologia para um Combate*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011.
- Fridman, F. *Donos do Rio em Nome do Rei*. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- Harvey, D. *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.
- João do Rio. *A Alma Encantadora das Ruas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995.
- Kessel, C. *A Vitrine e o Espelho: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- Koolhaas, R. *Nova York delirante*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- Lamarão, S. T. N. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.
- Lévi-Strauss, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Editora Anhembi, 1957.
- Motta, M. S. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 1992.
- Nonato, J. A.; Santos, N. M. (org.). *Era uma vez O Morro do Castelo*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- Norberg-Schulz, C. *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1979.
- Pereira, S. G. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Memória da Destruição*. Rio - Uma história que se perdeu. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas; Arquivo da Cidade, 2002. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4101439/memoria_da_destruicao.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.
- Relph, E. C. *Place and placelessness*. London: Pion Limited, 1976.
- Revista Careta*. ano XV, v. 702, p. 28, 1922.
- Rubino, S.; Grinover, M. (org.). *Lina por escrito*. Textos escolhidos de Lina Bo Bardi. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- Sampaio, A. Passado a limpo: o caso da propriedade dos terrenos do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro. *Consultor Jurídico*, agosto 2015. Disponível em: <https://bit.ly/43QNR51>. Acesso em: 26 abr. 2023.

Sampaio, C. *Memória Histórica*. Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro - 1920-1922. Lisboa: LVMEN Empresa Internacional Editora, 1924.

Santos, P.F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

Simas, L.A. *O corpo encantado das ruas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2021.

Tuan, Y.-F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. 2. ed. Londrina: EdUEL, 2012.

Vasquez, P.A. *Breve histórico do Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: [S.n.], 2021. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/1nv8858>. Acessado em: 29 abr. 2022.

Colaboração

H. B. V. Freitas Filho colaborou com a preparação, criação e redação original, revisão crítica e comentários; J. R. Kós colaborou com a preparação, criação, revisão crítica e comentários.